

A profissão docente na hipermodernidade e os desafios da precarização do trabalho: que futuro é esse?

The teaching profession in hypermodernity and the challenges of precarious work: what future is this?

Carlos Alberto Ribeiro Barbosa¹

Claudineide Ana de Lima²

Jorge Adrihan do Nascimento de Moraes³

Monique Siqueira de Andrade⁴

Patricia Vesz⁵

Silvio Cesar Bello Salgado⁶

Submetido em: 21/08/2022

Aprovado em: 21/08/2022

Publicado em: 24/08/2022

DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.345

RESUMO

O presente artigo objetiva abordar a profissão docente na hipermodernidade diante dos desafios da precarização do trabalho. O rompimento dos paradigmas modernos levou o homem a uma exacerbação de valores e posturas na contemporaneidade. Com isso, a profissão docente encara novos conflitos, diariamente, no contexto escolar, tendo de não só lidar com essa nova geração, mas também com os desafios da precarização do trabalho, nas diversas questões como salariais, carga horária e relação de alunos por turma. De abordagem do tipo qualitativa, com revisão bibliográfica, o estudo reafirma o quanto a formação docente não prepara os profissionais para essa hipermodernidade, assim como também as condições de trabalho não dão subsídios para atender a essa nova geração.

Palavras-chave: Profissão docente. Hipermodernidade. Precarização do trabalho.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo abordar la profesión docente en la hipermodernidad ante los desafíos del trabajo precario. La ruptura con los paradigmas modernos ha llevado al hombre a una exacerbación de valores y actitudes en la época contemporánea. Con ello, la profesión docente afronta, a diario, nuevos conflictos en el contexto escolar, teniendo que tratar no solo con esta nueva generación, sino también con los desafíos del trabajo precario, en diversos temas como el salario, la carga de trabajo y la relación de los alumnos por clase. Con un enfoque cualitativo, con una revisión bibliográfica, el estudio reafirma en qué medida la formación docente no prepara a los profesionales para esta hipermodernidad, así como las condiciones laborales no brindan subsidios para atender a esta nueva generación.

Palabras clave: Profesión docente. Hipermodernidad. Trabajo precario.

1. INTRODUÇÃO

A educação se relaciona diretamente com a sociedade. De acordo com Mézaros (2009), às questões sociais refletem no contexto escolar, reformulando as relações e práticas educacionais. Diante disso, compreende-se o quanto a profissão docente precisa estar preparada para atender às novas demandas, visto que os sujeitos contemporâneos se relacionam com as pessoas e com o mundo de outra forma. O futuro já chegou.

1 Doutorando em Ciências da Educação, pela Universidad Columbia del Paraguay, Mestre em Marketing e Administração pela Pontifícia Universidade de São Paulo PUC/SP Professor Adjunto V na AFA Academia da Força Aérea.

2 Doutoranda e Mestra em Ciências da Educação, pela Universidad Columbia del Paraguay, Analista Educacional e Coordenadora Pedagógica da rede Estadual de Educação de Pernambuco.

3 Doutor e Mestre em Ciências da Educação, pela Universidad Columbia del Paraguay, Diretor Executivo do Instituto de Desenvolvimento Humano e Profissional.

4 Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidad Columbia del Paraguay, Mestra em Letras pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, docente nas Faculdades Integradas Campo-Grandenses.

5 Doutoranda e Mestra em Ciências da Educação, pela Universidad Columbia del Paraguay, Coordenadora da região sul do Brasil do Instituto de Desenvolvimento Humano e Profissional.

6 Doutorando em Ciências da Educação, pela Universidad Columbia del Paraguay, Mestre em Ciências Ambientais (UVA); Professor da SEEDUC/RJ; Secretário-Geral da SUBEX/SEEDUC; Secretário do CACS- FUNDEB/ RJ e Professor da EGPP/CEPERJ.

Com o advento da revolução tecnológica e a ruptura com a modernidade, os indivíduos exacerbam valores, posturas e formulam novos paradigmas para este tempo, denominado como Hipermoderno, para Lipovetsky (2004). Aprende-se, portanto, que a vivência escolar é outra, já que os sujeitos se posicionam, reagem e sentem o mundo de outra forma. Logo, é necessário refletir sobre a formação docente frente a essa realidade, bem como os desafios que os profissionais da educação enfrentam diante da precarização do trabalho.

A partir disso, o presente artigo objetiva discorrer a respeito da profissão docente e de seus desafios, mais especificamente sobre a problemática do processo de precarização dessa profissão que, ao longo do tempo, vêm se acentuando a partir das transformações ocorridas tanto na esfera do trabalho, quanto no âmbito das políticas educacionais.

Pensando que a sociedade tem sido marcada por grandes transformações no mundo do trabalho, torna-se indispensável um estudo que possa contribuir para uma reflexão acerca das condições de atuação do professor. Sendo assim, de início, apresentamos a metodologia utilizada, a natureza da pesquisa, o instrumento utilizado, o contexto e os objetivos para a realização da investigação.

Em seguida, no segundo capítulo, apresentamos uma discussão dos resultados, fazendo algumas considerações acerca da Hipermodernidade e da formação do professor no Brasil, bem como da precarização do trabalho do professor.

O terceiro capítulo traz as considerações finais, levando em consideração a pesquisa bibliográfica e ponderações em relação aos resultados encontrados ao longo da investigação.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se pela abordagem do tipo qualitativa, com revisão bibliográfica, que segundo Gil (2010), nesta perspectiva se percebe que a pesquisa bibliográfica se utiliza de dados existentes. Portanto, o presente artigo foi construído por meio de pesquisa bibliográfica, com revisão da literatura que para Lakatos e Marconi (2003, p. 248): “consiste em uma síntese, a mais completa possível, referente ao trabalho e aos dados pertinentes ao tema, dentro de uma sequência lógica.” Dessa forma, possibilitou aos pesquisadores contatar direta e indiretamente com fontes de conhecimentos legitimados cientificamente. Caracteriza-se pela abordagem qualitativa, de natureza básica, pois para Gil (1999, p. 42) denota que essa natureza “procura desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas.” Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória, pois visa “proporcionar mais familiaridade com o problema.” Gil (2002, p. 41). Dessa forma, torna-se necessária apreciação, exposição e reflexão sobre os referenciais aqui abordados, os quais foram selecionados, de forma que subsidiam essa reflexão.

3. APRESENTAÇÃO DE DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. A Hipermodernidade: transformações na sociedade e nas relações

Muitos autores procuram definir e compreender o relacionamento do homem com o mundo, assim como suas relações interpessoais. Dentre os teóricos da filosofia, Lipovetsky (2004) tem se debruçado a compreender a sociedade contemporânea. Ele afirma que vivemos em uma hipermodernidade, ou seja, o rompimento dos paradigmas modernos levou o homem a uma maior autonomia, protagonista de seu próprio destino. Logo, o sujeito contemporâneo vive exacerbadamente os valores da modernidade até os mais altos limites.

Trata-se da mesma dissolução do Eu que abre a nova ética permissiva e hedonista: o esforço saiu da moda, tudo que é constrangedor e disciplina austera desvalorizou-se em benefício do culto ao desejo e de sua satisfação imediata, tudo acontece como se a intenção fosse levar às últimas consequências o diagnóstico de Nietzsche sobre a tendência moderna de favorecer a fraqueza da vontade. (LIPOVETSKY, 2005, p. 38).

Uma das características marcantes desta, era hipermoderna, é que a supervalorização da individualidade promove uma imersão no mundo da subjetividade que os sujeitos se tornam individualistas e preocupados com seus próprios interesses, narcisistas, como Lipovetsky (2004) suscita. Portanto, “Pragmatismo e cinismo. Preocupações a curto prazo. Vida privada e lazer individual. Sem religião, apolítico, amoral, naturista, narcisista. Na pós-modernidade, o narcisismo coincide com a deserção do indivíduo cidadão, que não mais adere aos mitos e ideais de sua sociedade” (FERREIRA, 1991, p.101).

Outra autora que caracteriza a sociedade contemporânea é Rojo (2004), porém, diferentemente de Lipovetsky (2004), ela situa essa nomenclatura dentro do campo dos multiletramentos, do universo das tecnologias digitais da comunicação e informação. De acordo com a autora, a realidade dos sujeitos se transformou e com isso, são precisos novos olhares. Os indivíduos permeiam outros universos, escutando, vendo e interagindo tecnologicamente com outros, fazendo uso de imagens em movimento, de todo um contexto social e tecnológico.

Percebe-se a relação entre as definições de hipermodernidade, pois segundo Lipovetsky (2004) a revolução tecnológica também foi responsável pelo mundo exacerbado de hoje e, Rojo (2004) apresenta como as práticas escolares são outras diante destes novos tempos de tecnologias, individualidade, acesso e interação instantânea entre os indivíduos. Neste sentido, “no mundo contemporâneo é o de estabelecer a relação, a permeabilidade entre as culturas e letramentos locais/globais dos alunos e a cultura valorizada que nela circula ou pode vir a circular”. (ROJO, 2009, p.52).

Sendo assim, um considerar de realidades, como sujeitos ativos no processo de aprendizagem, pois “um dos objetivos principais da escola é justamente possibilitar que seus alunos possam participar das várias práticas sociais que se utilizam da leitura e escrita (letramentos) na vida da cidade, de maneira ética, crítica e democrática”. (ROJO, 2009, p.107). Portanto, levar os docentes ao multiletramento, é levá-los a considerar e entender as diversas manifestações culturais que estão presentes no ambiente educacional, assim como também compreender o universo dos alunos que estão dentro da sala de aula de modo que, as práticas pedagógicas contemplem essa diversidade de expressão e sejam trabalhados na escola os diferentes tipos de manifestações, classificados de acordo com Rojo (2004), como multiletramentos e multissemióticos. Pois, os indivíduos da hipermodernidade estão rodeados de expressões altamente sociais tecnológicas.

Na perspectiva de multiletramento docente, é preciso considerar que, de acordo com a teoria de Rojo (2004), um docente multiletrado é aquele que compreende e interage com as diversas manifestações sociais dos sujeitos e com os avanços tecnológicos presentes na sociedade, no sentido de que ultrapassa os muros da escola e traz para dentro de sala de aula as interações dos alunos e da comunidade, ou seja, tendo um olhar para os contextos vividos pelos educandos e considerando todas as manifestações por esses produzidas. É necessário, portanto, sair do enquadramento pedagógico, das restritas formas de pensar a atuação docente e ir ao encontro das subjetividades, para que a profissão do professor se desloque para os espaços sociais.

É necessário, portanto, um olhar para as novas produções da atualidade, em que o professor precisa relevar e levar para a sala de aula essas atuações dos jovens da contemporaneidade. “Os esforços das escolas em adequar-se à nova realidade têm impactos visíveis na qualidade do ensino. Também o perfil sociocultural, econômico e profissional dos docentes sofre alteração, com a ampliação das redes”. (ROJO, 2009, p.86)

Diante de todas essas transformações sociais e educativas, compreendemos que a tecnologia e a inteligência artificial também estão mudando os empregos, mas não só eles. O mercado de trabalho também está mudando por outros fatores. Segundo pesquisa realizada pela Pearson (2018), essa mudança está ocorrendo por outros fatores tais como o aumento da urbanização e da globalização, mudanças climáticas, mudanças demográficas e instabilidade política. E, a consequência disso é que muitas profissões surgirão. De acordo com o levantamento supracitado, cerca de 65% das crianças de hoje ocuparão carreiras que ainda não existem.

Para estarmos preparados para esse futuro, além de buscar o conhecimento técnico, teremos de desenvolver habilidades que podem ser aplicadas a qualquer tipo de trabalho. Para elucidar ainda mais essas demandas da hipermodernidade, uma pesquisa feita pela Research Council (2012) sobre temas importantes para a sociedade, com um comitê formado por educadores, psicólogos e economistas, os quais definiram as habilidades que seriam necessárias no século XXI:

1ª. – CRIATIVIDADE:

A criatividade quando aplicada no ambiente de trabalho.

2ª. – EMPATIA

O relacionamento humano é que criará o maior impacto social.

3ª. – COMUNICAÇÃO

A capacidade de se comunicar bem tanto oralmente quanto na escrita fazem parte das habilidades interpessoais, também conhecidas como Inteligência Social.

4ª. – PENSAMENTO CRÍTICO

Capacidade de analisar um problema de forma distante e racional que já é muito valorizada nos dias de hoje, será muito mais valorizada no futuro.

5ª. – INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

O profissional que possui essa habilidade é um profissional que consegue se manter emocionalmente forte perante as mudanças, sejam elas econômicas ou de valores.

6ª. – APRENDER A APRENDER

Essa capacidade está intimamente ligada à educação neste século, é a maneira autônoma de aprender e de também de estudar, e só se consegue com disciplina, foco e precisão, quem define o tempo é o próprio aprendiz.

7ª. – MULTIDISCIPLINARIEDADE

Uma pessoa multidisciplinar atende as necessidades das organizações de maneira criativa e envolvendo diversas visões

8ª. - LIDERANÇAS

O líder humaniza a organização, tem uma visão estratégica, capaz de abrir caminhos na diversidade criada pela economia do conhecimento, tem resiliência e perseverança, tem a capacidade de unificar para alcançar os objetivos (PORVIR, 2012)

Diante de todas essas reformulações da vida em sociedade que conseqüentemente afetam profissionais e os novos modelos educacionais, precisamos discutir sobre a formação docente no Brasil, de forma a compreender o atendimento a essas demandas da contemporaneidade e de que forma o mercado de trabalho no Brasil abarca e dá subsídio a esses apontamentos.

3.2 A formação do professor no Brasil

A formação de professores vem sendo, segundo Gomes *et al.* (2019), objeto de debates e de profundas reformulações no Brasil (e no mundo) desde há muitos anos. Os autores corroboram que a maioria dos países ainda não logrou atingir os padrões mínimos necessários para colocar a profissão docente à altura de sua responsabilidade pública para os milhões de estudantes. Portanto, neste contexto, a formação de professores tem que ser compreendida em sua plenitude por meio de uma perspectiva histórica que permita entender de que forma têm ocorrido os desdobramentos dessa formação ao longo do tempo, principalmente em nações continentais como o Brasil.

O que é ser professor neste mundo globalizado, diante de tantas informações e oportunidades de conhecimento, de ascensão e de desafios frente a uma hipermodernidade que se acentua. São os pontos que nos interrogam. Neste sentido, “o docente ensina, mas também aprende, na busca da razão, do saber e até de um sentido ético para a vida” (CARDOSO, p. 37). Nesta perspectiva, o professor tornou-se multifuncional por todas as funções que lhe são incumbidas, pois o docente ainda é percebido socialmente como o que detém todo o saber, que une muitas outras capacidades, como habilidade para trabalhar em equipe e espírito empreendedor; e une essas capacidades com o objetivo de ensinar a aprender para que se aprenda com autonomia.

As transformações são estruturantes, em um cenário claramente mercadológico, marcado por permanências neoliberais, afirmam Gomes *et al.* (2019). Também pela competição, pelo crescimento desenfreado das licenciaturas a distância, pela presença das novas tecnologias educacionais e pela dissociabilidade entre teoria e prática, isto é, pela dissociabilidade entre formação específica e formação docente. É necessário, portanto, repensar a formação docente no Brasil, de forma que atenda as demandas da sociedade.

O advento da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) trouxe para o arcabouço jurídico-administrativo do Brasil a educação como dever do Estado e direito inalienável do cidadão. A legislação infraconstitucional tem amplo conteúdo que (no campo formal) trata do acesso, condições e permanência de docentes e discentes. Contudo, inegável hiato existe entre o formalismo e a realidade.

4

Assim, a Educação Básica representa um celeiro para a formação de professores e certamente um mercado de trabalho de proporções inusitadas para os docentes. Há, contudo, dinâmicas próprias do sistema de educação e do sistema de mercado que contribuem para ampliar ou retrain a oferta e a procura dos cursos que formam esses profissionais, pois, embora a certificação em cursos superiores esteja se generalizando no país entre todos os docentes, a melhoria da qualidade da Educação Básica não se modifica apenas pela nova titulação dos professores, havendo também problemas decorrentes das características assumidas pela expansão dos cursos e que também decorrem de sua qualidade (Gomes *et al.*, 2019, *apud* Barreto, 2015) e potencial precarização, ainda na fase formativa docente.

De acordo com Saviani (2009, p.143), “a questão da formação de professores exigiu uma resposta institucional apenas no século XIX, quando, após a Revolução Francesa, foi colocado o problema da instrução popular.” Saviani (2009) afirma que no Brasil, essa preocupação com o preparo de professores surgiu após a independência e se intensificou com a proclamação de República, idealizado como parte do projeto de construção da nação. Para a UNESCO (2017), aperfeiçoar a formação profissional dos docentes é uma medida de suma importância em qualquer esforço que visa a melhorar a qualidade da educação. Da mesma forma, a valorização e a qualificação dos docentes são fundamentais para a melhoria da qualidade da educação. (UNESCO, 2017 - online)

De acordo com o PNE (2014-2024), em objetivos e prioridades, nos quais consta o respeito à valorização dos profissionais da educação, lê-se o seguinte item 4:

Particular atenção deverá ser dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores. Faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério. (BRASIL, 2001, p.4)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, dispõe de forma específica sobre a formação dos profissionais da educação. Conforme a LDB (1996), no artigo que trata dos profissionais da educação,

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são

I – Professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – Trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim

IV - Profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;

V - Profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

I – A presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II – A associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (BRASIL, 1996, p.41-42)

Diante do pensamento de Freire (2011), ser professor exige saberes necessários à prática educativa, uma certa ousadia e persistência, tem a missão de orientar, escutar, motivar, desafiar, descobrir potencialidades e ajudar a desenvolver habilidades, ainda mais na hipermodernidade que vivemos. O professor, no seu cotidiano transforma seus alunos, mas também é transformado. Sendo assim, a formação continuada está diretamente associada a um processo voltado para a melhoria das práticas pedagógicas, as quais são desenvolvidas pelos docentes em seu trabalho diário e em sua rotina escolar.

Refletir sobre a prática educacional, sobre sua função como docente é fundamental, e o profissional deve estar aberto a essa prática. Diante disso, ele estará apto a se adaptar às diversidades e mudanças constantes que ocorrem na educação e a enfrentar as dificuldades encontradas no seu dia a dia em sala de aula.

5

De acordo com Freire (2011), o ato de ensinar exige do educador uma reflexão crítica sobre a prática. O autor propõe a utilização de uma prática em sala de aula que desenvolva nos discentes a criticidade. De acordo com Freire (2011), “a prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer”. O professor não pode agir como quem apenas deposita conhecimento num aluno apenas receptivo, que não questiona as informações. A escola, de acordo com Freire (2011), não pode ser alienante. A instituição

escolar conservadora tem um papel de acomodar os discentes ao mundo que o cerca, mas Freire (2011) defendia que o real papel da educação é inquietá-los, fazer com que eles pesquisem, debatam, critiquem e exponham suas opiniões.

O professor precisa ter consciência do seu papel social, para que ele possa orientar seus discentes a compreenderem a complexidade da sociedade em que está inserido, sabendo que esta mesma sociedade apresenta problemas, que para serem resolvidos, dependem do conhecimento que esses discentes adquiriram ao longo da sua trajetória.

Segundo Bortoni-Ricardo Et.al. (2015, p.17), “a formação de professores em nosso país vem negligenciando dimensões de natureza mais prática, metodológicas, em benefício de uma suposta superioridade de conteúdos teóricos provenientes das ciências humanas”. Conforme a LDB (1996), o papel dos profissionais da área da educação é criar meios e circunstâncias para alcançar os objetivos referentes ao que diz respeito à educação básica. Na legislação supracitada, em seu Parágrafo único, é realizada uma abordagem sobre a experiência docente, que deve ser pré-requisito para os profissionais em quaisquer funções do magistério, seguindo normas de cada sistema de ensino. Bortoni-Ricardo Et.al. (2015) diz que, segundo o pesquisador Martin Carnoy, um dos principais problemas da educação no Brasil é a fragilidade na capacitação de professores.

De acordo com os PCNs (Brasil,1998), formar professores não se restringe a expor conteúdos em grandes quantidades, a formação docente vai além disso. É preciso preparar os futuros docentes para desempenhar um trabalho que ofereça ao discente acesso, compreensão e uso das possibilidades a ele concedidas pelo conhecimento, de forma crítica, a fim de atender às novas demandas da sociedade e do mundo do trabalho.

3.2. A Precarização do Trabalho

Percebemos que vivemos um novo momento na educação brasileira, que implica em uma mudança de paradigma, para assim nortear novas ações educacionais, diante das transformações ocorridas na hipermodernidade.

Precisamos, portanto, atentar-nos para a seguinte questão: se o trabalho do docente, atualmente, no Brasil, dá subsídios para colocar em prática, todas as demandas da contemporaneidade. Observamos, então, que a atividade docente tem extrapolado, de forma demasiada, a sua área de formação. Podemos considerar que em muitos casos o professor acaba desempenhando funções diferentes da que deveria exercer, como por exemplo: funções de enfermeiro, psicólogo etc. Outra faceta da precarização do trabalho do professor, refere-se ao trabalho que está além dos muros da escola, uma particularidade da profissão, que está diretamente ligado ao tempo gasto na correção de provas e trabalhos, preparação de plano de aula e provas, lançamento de notas, reuniões etc. Tempo este, que se torna invisível e acaba não sendo contabilizado no pagamento dos professores.

Evidentemente, tal situação tem a ver com outras condições de trabalho, como as relacionadas a salário, por exemplo, tendo em vista o número de escolas em que trabalham e o número de horas/aula que assumem, sobretudo para os professores que atuam nas séries finais do fundamental e no ensino médio, que às vezes trespobram a jornada em redes diferentes de ensino. Os professores das séries iniciais, em alguns locais, ainda dobram a jornada assumindo carga horária em escolas de redes públicas diferentes — estadual e municipal — ou em escolas públicas e privadas. (SAMPAIO, MARIN, 2004, p.1214)

Neste sentido, o professor no Brasil precisa trabalhar em mais de uma escola, assumindo uma grande carga horária, para ter, pelo menos, um salário que o mantenha. A precariedade do trabalho docente no Brasil é algo que vem ganhando a cada dia um grande destaque na sociedade, pois trata de vários problemas que a cada dia ferem a nossa legislação, como por exemplo, há uma subtração de professores efetivos das redes pública e até particular do mercado atual da educação; aumentando por sua vez a contratação temporária de terceirizados que por sua vez não atendem medidas efetivas de acompanhamento de aprendizagem.

6

Outro fator a ser abordado é em relação ao número de alunos por sala, que segundo dados do censo escolar (2018),

Em 2017, a média de alunos por turma foi de 30,4 no Ensino Médio; de 23, no Ensino Fundamental; e de 16,3, na Educação Infantil. As turmas da rede pública são maiores que as da rede privada para todas as etapas de ensino. Os dados são do Indicador Educacional “Média de Alunos por Turma”, derivado do Censo Escolar 2017, um dos oito divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (PORTAL INEP, 2018)

As condições e relações trabalhistas dos professores que se submetem, trazem a cada dia efeitos devastadores na saúde desses profissionais. Com as reformas educacionais esse trabalhador tem intensificado a cada dia seu trabalho, resultando assim problemas emocionais, ou seja, doenças da mente têm sido as principais causas. “Como parece evidente, são alterações marcadamente comprometidas pela precarização do trabalho escolar, especialmente no que se refere às condições de formação e de trabalho docentes”. (SAMPAIO, MARIN, 2004, p. 1218). Essa problemática tem crescido a partir das transformações ocorridas tanto no trabalho docente em si, quanto no âmbito das políticas educacionais, em especial da década de 1990.

Segundo Sorrato e Heckler (1999, p.91), há duas conclusões:

A primeira é que o nível de exigência e de tensão para o trabalhador é muito maior do ponto de vista afetivo e a segunda é que o trabalhador, em função dessa demanda, precisa estar bem do ponto de vista emocional para estar em condições de desempenhar adequadamente sua função e sempre atualizado para conseguir responder às necessidades dos clientes.

É exigido para o educador de educação um esforço muito grande a respeito do seu estado emocional, tendo em vista que o nível de tensão tem crescido em tal profissão. A precarização se mostra por meio de diversas nuances e tem se ampliado ao longo dos anos, no entorno do mundo do trabalho que se acentua na simbiose entre o homem e a natureza.

Essa precarização do trabalho docente denota para diferentes aspectos, gerando e acarretando as dimensões educacionais, culturais e sociais, causando impactos na saúde, que derivam da intensificação do trabalho pela polivalência de funções, obstáculos e significados, formação e as demandas.

O trabalho docente vem se reconfigurando por conta das grandes transformações do mundo contemporâneo, a precarização das condições de trabalho, que persiste na realidade brasileira, nas questões salariais e de trabalho nas escolas, atingindo a vida dos professores. Adentrando os campos mais específicos, têm-se várias discussões sobre desvalorização salarial, instabilidades de emprego, ora contrato, ora seleção desses profissionais, grandes e longas jornadas de trabalho, demandam para o cenário atual da realidade desses docentes.

Para Mészáros (2009) a crise que ora se está vivendo é uma crise estrutural, cujos predicados resultam do caráter universal, crise no sistema global, faz parte de um processo que se desdobra gradualmente. Já, Antunes (2008) afirma que é preciso considerar esse momento para se entender as adversidades no mundo do trabalho.

Em decorrência de tantas variáveis, sendo elas econômicas, gerenciais e sociais, que se configuram, na atualidade, e atingem a escola, confere-se uma tendência muito significativa à intensificação do trabalho docente. Segundo Dal Rosso (2008), nessa intensidade resulta em mais trabalho e conseqüentemente em menor produtividade. Assim, o autor discute a questão da intensidade indicando que “ela se refere ao grau de dispêndio de energia realizado pelos trabalhadores na atividade concreta.” (2008, p.20). E que implica em “[...] processos de qualquer natureza que resultam em um maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados. Em síntese, mais trabalho” (p. 23).

Nessa tangência, é necessário compreender que o processo de precarização e alienação são conceitos que transformam e emancipam aqueles que possuem o papel principal de desenvolver as capacidades, habilidade e competências humanas e que, precisam de qualidade de vida no trabalho.

CONCLUSÃO

7

Diante do cenário apresentado, da educação no Brasil, onde ocorre a precarização do trabalho, o fazer e ser docente fica marcado por diversas responsabilidades. Acreditamos que ao refletirmos sobre a precarização do trabalho docente na hipermodernidade, conseguimos trazer à tona um debate importante no campo da formação docente.

Enquanto a formação do professor não atender às novas demandas, com reformulações nas licenciaturas, assim como a sua atuação permanecer precária, a educação continuará em crise e em conflitos. Sé é possível uma mudança educacional, com transformações nos estratos sociais.

Portanto, a partir do que foi exposto, observamos que ser professor na atual conjuntura do nosso país configura-se num grande desafio, tais como: a desvalorização dessa profissão, políticas educacionais que não atendem de maneira

objetiva a formação inicial e continuada do professor, sobrecarga de trabalho, questões salariais, quantidade de alunos por turma, dentre outras.

Diante disso, percebemos que o trabalho do professor necessita ser ressignificado, com políticas que valorizem a profissão docente em sua totalidade, desta forma, o professor deve retomar as práticas de seu fazer docente, no intuito de contribuir para uma reordenação de uma política voltada para formação de professores em todos os níveis da educação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em 18 jan. 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Língua Portuguesa: primeiro e segundo ciclos/Ministério da Educação Secretaria da Educação Fundamental. 3. ed. Brasília: A secretaria, 1998.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; MACHADO, Veruska Ribeiro; CATANHEIRA, Saete Flôres. **Formação do professor como agente letrado**. 1. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

FERREIRA, Jair. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Manoel Messias; GOMES, Francisco das Chagas; ARAUJO NETO, Benjamim Bento de; MOURA, Niede Dagraça de Sousa; MELO, Severina Rodrigues de Almeida; ARAUJO, Suelda Felício de; NASCIMENTO, Ana Karina do; MORAIS, Lourdes Michele Duarte de. Reflexões sobre a formação de professores: características, histórico e perspectivas. **Educação Pública**, v. 19, nº 15, 6 de agosto de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/15/reflexoes-sobre-a-formacao-de-professores-caracteristicas-historico-e-perspectivas>. Acesso em 18 jan. 2021

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Dados do censo escolar: Ensino Médio brasileiro tem média de 30 alunos por sala**. Disponível em http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9z-FY7Bv/content/dados-do-censo-escolar-ensino-medio-brasileiro-tem-media-de-30-alunos-por-sala/21206#:~:text=Julho%20de%202018-,DADOS%20DO%20CENSO%20ESCOLAR%3A%20Ensino%20M%C3%A9dio%20brasileiro%20tem%20m%C3%A9dia%20de,todas%20as%20etapas%20de%20ensino. Acesso em 19 jan. 2021.

LAKATOS, Eva Maria. e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Era do Vazio**. Barueri, SP: Manole, 2005.

MÉSZÁROS, István. Reflexões e perspectivas das relações entre capital e Educação. **Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. – v. 27, n. 2 – julho/dezembro 2009 e – Florianópolis: Editora da UFSC.

PNE. **Plano Nacional da Educação**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em 18 jan. 2021.

ROJO, Roxane. **Linguagens, códigos e suas tecnologias**. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Departamento de Políticas do Ensino Médio. Orientações curriculares do ensino médio. Brasília, 2004.

8

PEARSON. **Robôs vão tirar os nossos empregos?** Disponível em <https://br.pearson.com/imprensa/noticias/robos-vao-tirar-os-nossos-empregos-nao-ha-razao-para-alarmismo-aponta-pesquisa.html> Acesso em 19 jan. 2021.

PORVIR. **Conheça as competências para o século XXI**. Disponível em <https://porvir.org/conheca-competencias-para-seculo-21/> Acesso em 19 jan.2021.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. **Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre**



as práticas curriculares. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1203-1225, set./dez. 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22618.pdf>. Acesso em 19 jan. 2021.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, V. 14, n.40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

UNESCO. **Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura**. Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/educational-governance/teacher-education-and-training/>. Acesso em 18 jan. 2021.